



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO N° DE - CMA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de **debater soluções de financiamento às ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas**.

Atividade no âmbito do Legislativo Nacional para debater mecanismos financeiros para que o país possa combater a crise climática.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Sergio Suchodolski, Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e da Associação brasileira de Desenvolvimento (ABDE), Vice Presidente da ALIDE, membro do conselho da VR Benefícios, Membro da Conselho deliberativo do SEBRAE;
- o Senhor Luiz Awazu Pereira da Silva, vice-diretor geral do Banco de Compensações Internacionais - BIS;
- a Senhora Stephany Griffith-Jones, Diretora de Mercados Financeiros na Iniciativa de Diálogo de Políticas Públicas da Universidade de Columbia;
- o Senhor Gustavo Henrique Moreira Montezano, Presidente do BNDES;
- o Senhor Nelson Antônio de Souza, Presidente do Desenvolve SP;
- a Senhora Maria Netto, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

SF/21515.37074-19 (LexEdit)

JUSTIFICAÇÃO

A preocupação mundial com as questões ambientais e sociais, em especial com as mudanças climáticas, vem exigindo dos países a rápida introdução de critérios para mitigação e adaptação de seus riscos, colocando-os como prioridade na construção da política pública de forma a minimizar os impactos negativos e potencializar as externalidades no desenvolvimento sustentável e inclusivo. Portanto, inserir essa discussão em uma audiência pública nesta Casa Legislativa, levantando os desafios e mirando as oportunidades, é fundamental para o avanço dessa pauta tão importante e momentosa.

Há um movimento internacional de demanda por projetos adequados aos critérios ASG (ambiental, social e governança) e climáticos. Deve-se priorizar a seleção desses projetos para a captação de recursos públicos, privados e internacionais, pois eles são capazes de melhorar a efetividade da promoção do desenvolvimento.

Transferir o considerado volume de recursos (trilhões de dólares) de financiamento do setor privado em infraestrutura sustentável será a chave para enfrentar o desafio do investimento nas cidades. E o Brasil vem se preparando para atuar cada vez mais em concordância com os valores ASG.

De fato, urge a necessidade de promover o debater sobre os problemas e soluções para os diversos setores, privados ou públicos, conectando e engajando os diversos atores acerca dos desafios e oportunidades para estruturação, financiamento e implementação de projetos de sustentabilidade.

O potencial de investimentos em infraestrutura sustentável no País é enorme, estimado em US\$ 3,5 trilhões até 2040, em especial nos setores de energia, transporte, edificações, gestão de resíduos e eficiência energética, para o cumprimento das Contribuições Nacionalmente Determinada – NDCs. Em 2019,

o estoque de investimentos ASG no mundo alcançou US\$ 30,7 trilhões e está em ritmo acelerado.

Portanto, são inúmeras oportunidades de investimentos que se apresentam e o alinhamento do mandato das 34 Instituições Financeiras de Desenvolvimento ao interesse público e ao desenvolvimento econômico e social reforça a importância da adoção dos critérios ASG nos projetos de investimento.

As IFDs participaram da implantação de muitas iniciativas que contribuíram para a disseminação das finanças sustentáveis no País e serão fundamentais para acelerar a transição verde, oferecendo instrumentos e processos apropriados para melhor atender ao mandato público.

Atuando como mobilizador de capitais privados para projetos de desenvolvimento, o Sistema Nacional de Fomento possui longo histórico de participação no financiamento dos setores público e privado, na estruturação de projetos e de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e no desenvolvimento e operacionalização de políticas públicas de fomento. Sua expertise é fundamental para canalizar recursos internacionais e federais para atender às necessidades locais.

Responsável por 49% da carteira total de crédito do Sistema Financeiro Nacional, 86% para projetos de infraestrutura e 99,5% do crédito total a municípios, o Sistema Nacional de Fomento direcionou, em 2020, boa parte dos recursos para atender aos impactos imediatos da pandemia em saúde, renda, água e saneamento e no suporte às micro e pequenas empresas (MPMEs).

Entretanto, neste momento, se faz necessário o planejamento de soluções mais

abrangentes e de longo prazo para garantir que a recuperação econômica seja verde e sustentável. Uma audiência pública nesta casa legislativa

seria essencial para a discussão e elaboração de um plano de recuperação focado em medidas de mitigação e adaptação à crise climática.

Destaca-se que, entre as instituições associadas à ABDE, 67% oferecem produtos e serviços voltados para o combate à mudança do clima, sendo que 45% atuam com produtos climáticos com condições diferenciadas (prazo maior, taxa menor, garantias mais flexíveis etc.) em relação aos produtos convencionais, e 14% repassam linhas de crédito climáticas de outras instituições. Em 2020, metade das instituições que atuam com infraestrutura reportou que, pelo menos, 50% de seus portfólios estavam comprometidos com financiamento à infraestrutura sustentável.

Observa-se que IFDs incorporam os impactos climáticos no seu planejamento estratégico, sendo que 23% das instituições já conduzem mapeamentos de oportunidades relacionadas ao clima, 14% adotam gestão de riscos de questões climáticas que afetem produtos e serviços e algumas reportam o volume de gases de efeito estufa emitidos e evitados da sua carteira de produto.

Interessante notar que 82% das IFDs declaram financiar setores e atividades econômicas de baixo carbono. Dentre os setores/temas, destacam-se energia solar, agricultura de baixo carbono (Plano ABC), reflorestamento, tecnologias limpas para indústria, combustíveis e transporte eficiente (troca de combustíveis, ônibus e taxis híbridos e elétricos, etanol de segunda geração e análise de outras fontes de energia como biomassa e biodiesel), energia eólica, municípios em calamidade pública (no âmbito de medidas de adaptação).

Dentre as fontes de captação para produtos climáticos que são repassados de outras instituições, destacam-se as linhas de crédito do BNDES, seguidas das linhas da FINEP e fundos federais (como os fundos constitucionais, FGTS). Isso reflete o forte papel do BNDES em promover a agenda climática

junto a outras instituições financeiras no país, especialmente entre as instituições subnacionais e regionais.

Em seu relatório, o GLOBAL CENTER ON ADAPTATION destacou que a taxa global de retorno dos investimentos em melhor resiliência é muito alta, com taxas de custo-benefício que variam de 2:1 a 10:1 e, em alguns casos, ainda mais elevada. Desta forma, observaram que ações de adaptação, se feitas corretamente, são alguns dos investimentos mais vantajosos economicamente que um país pode fazer. Ressalta-se que o Banco Mundial apurou que investir US\$ 1 trilhão a mais no custo para tornar a infraestrutura mais resistente nos países em desenvolvimento gerariam US\$ 4,2 trilhões em benefícios⁶.

Na Europa, por exemplo, 25% do pacote de estímulos à prevenção da Covid-19 serão focados na resiliência climática, reconhecendo a importância da temática. Especificamente na Finlândia, mais de US\$ 1,5 bilhão foram destinados ao transporte verde, à eliminação do aquecimento do petróleo em prédios públicos e à promoção de caminhadas e ciclismo. O governo também criou um fundo de investimento (US\$ 360 milhões) para financiar projetos de infraestrutura destinados a combater as mudanças climáticas⁷.

Nos últimos anos, o Brasil avançou muito na pauta das finanças sustentáveis, desde a adoção da Política de Responsabilidade Socioambiental, determinada pelo Banco Central. Mais recentemente, o Decreto nº 10.387, de junho de 2020, também estabeleceu incentivos ao financiamento de projetos de infraestrutura com benefícios ambientais e sociais, priorizando os eixos em debate neste Seminário. O SNF foi parceiro na elaboração e execução de muitas dessas medidas e está pronto para colaborar para o avanço da agenda.

No que se refere, por exemplo, à modernização do parque de iluminação pública brasileiro, com investimentos necessários da ordem de R\$ 22 bilhões, as instituições financeiras de desenvolvimento vêm contribuindo para

- o planejamento setorial e a estruturação de projetos que utilizam componentes com menor impacto ambiental e novas tecnologias capazes de proporcionar efetiva redução no consumo de energia, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

O SNF se destaca também na realização de investimentos no setor de saneamento básico – setor esse que demanda financiamentos vultuosos com prazos mais longos. O Sistema estruturou e financiou 162 projetos de saneamento básico, representando 23,44% no total para o setor. Em 2020, foram realizadas 24 operações de projetos de saneamento no total de R\$ 598 milhões para financiamento a municípios por parte do Sistema. Boa parte desses recursos foi direcionada a municípios de menor porte.

O cenário não é diferente no setor de mobilidade urbana e de transporte. O SNF é um dos grandes responsáveis pelo financiamento dos projetos nesse segmento, e deve ser pensado como ator-chave para a integração de critérios ASG no setor. Em 2019, mais de 45% do saldo de operações de financiamento a municípios foram destinados a projetos de transporte e mobilidade urbana, envolvendo recursos da ordem de R\$ 5 bilhões, realizados exclusivamente pelas instituições do nosso Sistema.

Para atender à demanda, as IFDs têm buscado diversificar suas fontes e captar recursos junto a instituições financeiras internacionais, que por sua vez, têm demonstrado grande interesse em investir no Brasil. As IFDs Subnacionais, por exemplo, estão negociando captações de mais de US\$ 1 bilhão junto a instituições internacionais. Essas parcerias são fundamentais para a retomada da economia e para impulsionar os investimentos sustentáveis.

Outra estratégia adotada que pode ajudar a atrair recursos privados para o avanço da pauta climática é a emissão de títulos verdes ou sustentáveis. As IFDs estão se preparando para aprofundar sua participação nesse mercado.

No Brasil, em 2020, as emissões de títulos temáticos ligados à sustentabilidade somaram US\$ 5,3 bilhões em 37 operações. O SNF já levantou US\$ 1,5 bi no mercado de títulos verdes e sustentáveis por meio do BNDES e do BDMG.

As instituições do SNF vêm alinhando suas missões aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), inclusive o ODS 13 (ação contra a mudança global do clima), participando das agendas do clima e de temas sociais estratégicos para o Brasil e suas regiões. Pretendem consolidar instrumentos inovadores para mobilização de recursos financeiros, atrairindo capital privado e internacional para projetos sustentáveis.

Considerando o compromisso das IFDs em potencializar essa agenda climática, a ABDE, entidade representativa do SNF, tem trabalhado em metodologias robustas para integração de critérios ASG e climáticos aos financiamentos, utilizando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU como meta. Isso incluiu financiamentos para energias renováveis, saneamento, segurança hídrica, entre outros temas relacionados à agenda de sustentabilidade global, em conformidade com metas ambientais e sociais internacionalmente reconhecidas e trazendo impacto direto para a sociedade brasileira.

Desta forma, por solidariedade e sensibilidade à questão apresentada, solicitamos apoio aos nobres colegas para a devida realização dessa audiência pública nesta Comissão.

Sala da Comissão, 23 de setembro de 2021.

**Senador Jaques Wagner
(PT - BA)
Presidente da Comissão de Meio Ambiente**